



**Estado de Sergipe
Procuradoria Geral de Justiça**

**PORTARIA Nº 1425/12
DE 14 DE JUNHO DE 2012**

Institui o Regulamento do Projeto “Coral Vozes da Cidadania” e dá outras providências.

O **PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 02, de 12 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO a importância do canto coral como ferramenta de integração social;

CONSIDERANDO o objetivo de incentivar a integração entre os Membros e Servidores do MPSE, por meio de uma prática vocal bem conduzida e orientada;

CONSIDERANDO a necessidade de melhorar a qualidade de vida no trabalho, minimizando o estresse no exercício das atividades do Órgão;

CONSIDERANDO a oportunidade de difundir a imagem institucional do Ministério Público de Sergipe, nos âmbitos interno e externo, através da participação do Coral em eventos sócios-culturais, junto aos órgãos públicos e à comunidade de um modo geral; e

CONSIDERANDO a necessidade de implementar o Projeto “Coral Vozes da Cidadania” e de estabelecer regras para a sua realização.

R E S O L V E:

**CAPÍTULO I
Do Projeto**

Art. 1º Instituir a regulamentação do Projeto “Coral Vozes da Cidadania”, elaborado com o objetivo de criar um espaço cultural no Ministério Público do Estado de Sergipe, visando promover o bem-estar físico e mental dos Membros e Servidores, ativos e inativos, através dos benefícios da Música.

**CAPÍTULO II
Da Composição e Organização do Coral**

Art. 2º O Coral Vozes da Cidadania será regido por 01 (um) maestro e constituído por, no máximo, 100 (cem) integrantes, sendo todos selecionados entre Membros e Servidores do MPSE que, por ato espontâneo, manifestem interesse de participar.



Estado de Sergipe
Procuradoria Geral de Justiça

Parágrafo único. Alguns integrantes atuarão também como músicos instrumentistas, utilizando equipamentos fornecidos pela Instituição.

Art. 3º As atividades do Coral serão coordenadas por Comissão específica, composta pelo presidente e mais 04 (quatro) componentes, mediante nomeação do Procurador-Geral de Justiça.

Parágrafo único. A Comissão a que se refere o *caput* deste Artigo terá mandato de 6 (seis) meses, permitida a recondução, e estará subordinada à Coordenação de Evolução Humana, Ética e Espiritualidade do MPSE.

Art. 4º Os ensaios do Coral deverão realizar-se, regularmente, da seguinte forma:

I - Ensaios de canto, às terças-feiras, das 15h às 17h, e às sextas-feiras, das 11h às 13h;

II - Ensaio instrumental, às quartas-feiras, das 15h às 17h.

§ 1º Excepcionalmente, além dos horários regulares a que se refere este Artigo, poderá o maestro, de comum acordo com a Comissão, estabelecer outros horários para a realização de ensaios extras, que serão, tempestivamente, comunicados aos coralistas.

§ 2º De acordo com a conveniência da Procuradoria Geral de Justiça, os horários regulares dos ensaios citados neste Artigo poderão sofrer alterações.

CAPÍTULO III
Dos Direitos e Deveres dos Coralistas.

Art. 5º São direitos dos coralistas:

I - ter reconhecido o tempo dedicado aos ensaios, viagens e apresentações em concertos, eventos comemorativos ou festivais;

II - ausentar-se das atividades do Coral, na ocorrência de afastamentos legais que inviabilizem a sua presença nos ensaios ou apresentações;

III - utilizar as folgas adquiridas, em razão das apresentações do Coral, de comum acordo com o seu superior imediato, atentando para os interesses dos serviços.

Art. 6º Compete aos coralistas:

I - comparecer aos ensaios regulares, estabelecidos nas alíneas “a” e “b” do Artigo 4º, e aos ensaios extraordinários, quando convocados;

II - apresentar-se devidamente uniformizado e nos horários preestabelecidos, quando das apresentações do Coral;



**Estado de Sergipe
Procuradoria Geral de Justiça**

- III - utilizar os uniformes definidos pela Comissão do Coral;
- IV - zelar pela conservação dos uniformes sob sua guarda;
- V - Assinar a lista de presença dos ensaios e das apresentações.

**CAPÍTULO IV
Da Frequência**

Art. 7º O coralista deverá apresentar-se até 15 (quinze) minutos antes do início dos ensaios.

Parágrafo único. O atraso sem justificativa será considerado ausência, sendo que a reincidência por até 12 (doze) faltas, durante o ano, implicará sua exclusão do Coral.

Art. 8º A falta injustificada às apresentações acarretará a redução de 1 (uma) folga já concedida.

**CAPÍTULO V
Da Concessão de Folgas**

Art. 9º As folgas serão concedidas aos coralistas de acordo com o número de participações em apresentações internas e externas, conforme os seguintes critérios:

- I - A cada 3 (três) apresentações internas, 1 (uma) folga;
- II - A cada 2 (duas) apresentações externas, 1 (uma) folga.

Art. 10. Não será permitido ao integrante do Coral gozar folga na véspera ou no dia da apresentação, exceto por motivo de saúde ou causa relevante, devidamente comprovados.

Art. 11. As folgas deverão ser utilizadas no mesmo ano de sua obtenção.

§ 1º As folgas adquiridas no mês de dezembro poderão ser utilizadas no ano subsequente.

§ 2º As folgas remanescentes do ano de 2011 deverão ser utilizadas em 2012.

Art. 12. Compete ao Presidente da Comissão do Coral manter relação atualizada com os nomes dos coralistas e os respectivos números de folga a que fazem jus.

Parágrafo único. A relação atualizada de que trata o *caput* deste Artigo deverá ser mensalmente enviada à Secretária-Geral e às Diretorias para efeito de concessão e controle.

Art. 13. Esta Portaria entra em vigor nesta data.



Estado de Sergipe
Procuradoria Geral de Justiça

Art. 14. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência e cumpra-se.

Orlando Rochadel Moreira
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA